



Revista Brasileira de Enfermagem

E-ISSN: 1984-0446

reben@abennacional.org.br

Associação Brasileira de Enfermagem
Brasil

Cardoso Duarte, Maiara; Godoy Serpa da Fonseca, Rosa Maria; de Souza, Vânia;
Dumont Pena, Érica

Gênero e violência contra a mulher na literatura de enfermagem: uma revisão
Revista Brasileira de Enfermagem, vol. 68, núm. 2, marzo-abril, 2015, pp. 325-332
Associação Brasileira de Enfermagem
Brasília, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=267040408020>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Gênero e violência contra a mulher na literatura de enfermagem: uma revisão

Gender and violence against women in nursing literature: a review
Género y violencia contra la mujer en la literatura de enfermería: una revisión

Maiara Cardoso Duarte¹, Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca¹, Vânia de Souza², Érica Dumont Pena²

¹ Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem, Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva. São Paulo-SP, Brasil.

² Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Enfermagem, Departamento de Enfermagem Materno-Infantil e Saúde Pública. Belo Horizonte-MG, Brasil.

How to cite this article:

Duarte MC, Fonseca RMGS, Souza V, Pena ED. Gender and violence against women in nursing literature: a review. Rev Bras Enferm. 2015;68(2):325-32. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2015680220i>

Submissão: 04-11-2014 Aprovação: 26-01-2015

RESUMO

Na produção científica sobre desigualdades na relação homens e mulheres destacam-se estudos sobre violência contra a mulher e a premência do seu reconhecimento como problema de saúde pública. **Objetivo:** considerando o potencial da Enfermagem para um olhar ampliado desta temática, pretendeu-se conhecer o que está sendo veiculado sobre gênero e violência contra a mulher nas principais revistas de enfermagem brasileiras. **Método:** realizou-se revisão integrativa, de publicações *online*, entre 2000 e 2012. Dos 138 artigos selecionados, 25 tratavam gênero e violência contra a mulher como construtos sociais. **Resultados:** predominaram as abordagens qualitativas (60%), investigações empíricas (60%), acadêmicas (100%), autorias envolvendo enfermeira(o)s (96%), violências conjugal (32%) e doméstica (20%). A violência contra a mulher à luz de gênero foi associada em apenas 32% das publicações. **Conclusão:** há necessidade de incremento de estudos em parceria com o serviço e a ampliação das discussões que envolvem dinâmicas de poder e de resistência, que constituem a base do conceito de gênero. **Descritores:** Gênero; Violência de Gênero; Violência Contra a Mulher; Revisão.

ABSTRACT

In the scientific production on inequalities in relationships between men and women, studies on violence against women and the urgency to recognize it as a public health problem stand out. **Objective:** considering the potential of nursing to expand understanding on this theme, this study aims to learn what is being published on gender and violence against women in the main Brazilian nursing journals. **Method:** an integrative review of online publications between 2000 and 2012 was conducted. Of the 138 articles selected, 25 addressed gender and violence against women as social constructs. **Results:** there was a predominance of qualitative approaches (60%), empirical research (60%), academic (100%), authors who were nurses (96%), spousal violence (32%) and domestic violence (20%). Violence against women in the light of gender was associated in only 32% of the articles. **Conclusion:** there is a need for increased studies in partnership with the public health care service, and to expand discussions on the dynamics of power and resistance, which are the basis of the concept of gender. **Key words:** Gender; Gender Violence; Violence Against Woman; Review.

RESUMEN

En la literatura científica sobre las desigualdades en hombres y mujeres relación, se destacan estudios sobre la violencia contra la mujer y la urgente de su reconocimiento como un problema de salud pública. **Objetivos:** teniendo en cuenta el potencial de la enfermería para una mirada ampliado este tema, tratamos de saber lo que se emitió en el género y la violencia contra las mujeres en las principales revistas de enfermería brasileña. **Método:** hizo una revisión integradora, publicaciones en línea, entre 2000 y 2012. De los 138 artículos seleccionados, el género y la violencia contra las mujeres como una construcción social 25 tratados. **Resultados:** el predominio de los enfoques cualitativos (60%), las investigaciones empíricas (60%), académico (100%),

la participación de la enfermera(o) en la autoría (96%), las violencias doméstica (32%) y conyugal (20%). La violencia contra las mujeres en la luz de género aparece asociado en sólo el 32% de las publicaciones. **Conclusión:** los identificó la necesidad de enriquecer los estudios en asociación con el servicio y de la expansión de las discusiones que involucran dinámicas de poder y resistencia, que son la base del concepto de género.

Palabras clave: Género; Violencia de Género; Violencia Contra la Mujer; Revisión.

AUTOR CORRESPONDENTE Vânia de Souza E-mail: vaniassouza@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A categoria gênero sofreu várias transformações conceituais ao longo da história, tendo como marco a década de 70⁽¹⁾. Nesta década a perspectiva biologicista de gênero - implicada apenas na distinção entre os sexos - foi contraposta por novos olhares considerando a categoria gênero permeada por significados culturais, históricos, sociais, relacionados à raça, à etnia e à geração. Nessa direção, gênero não significa um saber sobre diferenças fixas e naturais relacionadas ao sexo, mas a um saber que tem sido utilizado, nas sociedades ocidentais, como símbolo para o estabelecimento de regras e para a configuração do lugar social que cada sujeito ou grupo ocupa no sistema produtivo e reprodutivo vigente. Desde então, com diferentes proporções e compreensões, os estudos de gênero têm se expandido especialmente nas áreas das ciências humanas e da saúde num esforço significativo para compreender e transformar as desigualdades de gênero.

Historicamente as mulheres têm se situado em posições subalternas na sociedade, em função de uma nítida diferenciação dos sexos sociais^(2,3). Esta diferenciação alimenta e é alimentada, sobretudo, pela divisão sexual do trabalho estruturada na separação do trabalho de homens e de mulheres e na valorização das atividades ditas masculinas⁽⁴⁾. Exemplo dessas desigualdades pode ser observado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2011⁽⁵⁾, em que 57,4% dos homens eram economicamente ativos para 42,6% das mulheres. Estes dados podem sinalizar para a predominância do trabalho doméstico familiar entre as mulheres e sua subvalorização, tendo em vista a não quantificação desta atividade no cálculo da riqueza social produzida, a despeito de ser diretamente responsável pela produção do viver⁽⁴⁾. Ainda, nesta pesquisa⁽⁵⁾, identificou-se que apesar de as mulheres apresentarem mais anos de estudo, eram os homens que dispunham de um rendimento mensal de um mil cento e vinte e nove reais, enquanto as mulheres obtiveram um rendimento de seiscentos e cinquenta reais. Tais desvalorizações podem resultar, entre outras coisas, em um menor acesso aos bens e serviços e em uma maior exposição aos desgastes que interferem diretamente no processo de adoecer e morrer⁽⁶⁾.

Os estudos de gênero têm procurado ampliar e diversificar o conhecimento sobre as dinâmicas das relações entre homens e mulheres e indicar as diversas condições da vida das mulheres que resultam das desigualdades de poder, determinando um cenário grave associado à violência - predominante no espaço doméstico e no âmbito afetivo. No Relatório Mundial

sobre Violência e Saúde da Organização Mundial da Saúde⁽⁷⁾, de 2002, o percentual de mulheres que relataram ter sofrido pelo menos uma agressão física por parte de um parceiro íntimo variou de 10% a 34,4%, segundo dados obtidos a partir de depoimentos das próprias pessoas que sofreram a violência. Tais achados reforçam a premência do reconhecimento das desigualdades de gênero como um problema de saúde pública⁽⁷⁾.

Sob o enfoque feminista, compreender as dinâmicas de gênero significa buscar caminhos para a desconstrução dessas desigualdades no âmbito da saúde. Neste sentido, a(o)s profissionais de saúde devem estar qualificados tanto para identificar as situações de violência contra as mulheres, quanto para construir com elas um posicionamento crítico reflexivo sobre as desigualdades de gênero, legitimadas em nossa sociedade. Dentro das equipes de saúde, A enfermagem, uma profissão predominantemente feminina e voltada para o social, tem potencial para trazer para o campo da prática as reflexões sobre gênero, ampliando o olhar sobre o problema da violência contra a mulher. A despeito disto, estudos têm revelado que as práticas em saúde são desgenerificadas - não levando em conta os processos sociais da construção das diferenças entre mulheres e homens - apresentando um olhar predominantemente biológico^(2,6).

A compreensão da importância do conhecimento de gênero como ferramenta norteadora de um olhar ampliado da enfermagem e do potencial desta(s) profissionais para auxiliar a construção da autonomia das mulheres em relação à violência de gênero foi a fonte inspiradora desta pesquisa. Neste estudo, pretendeu-se conhecer o que está sendo produzido e veiculado sobre gênero e violência contra a mulher nas principais revistas de enfermagem brasileiras. A finalidade foi conhecer lacunas deste tipo de conhecimento, e indicar desafios e potencialidades nesta área.

MÉTODO

Estudo de revisão integrativa tendo por base a seguinte questão norteadora: *O que tem sido veiculado nos principais periódicos nacionais de enfermagem sobre gênero e violência contra a mulher criança, adolescente e adulta?*

A busca foi realizada na base de dados LILACS, no período de 2000 a 2012, obedecendo aos critérios de inclusão: publicações em periódicos nacionais de enfermagem de classificação Qualis - A1, A2, B1 e B2 segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); apresentação no título, no resumo ou nas palavras-chave do termo gênero,

bem como das derivações *identidade de gênero* e *violência de gênero*; publicações indexadas entre 2000 e 2012 e disponibilizadas *online*. Os critérios de exclusão foram periódicos não acessíveis *online*; os resumos em que o termo *gênero* foi utilizado como sinônimo de sexo e não enquanto categoria; e os artigos em que a categoria gênero não foi abordada como uma construção social. O termo gênero quando utilizado como sinônimo de sexo não traz no seu bojo a dinâmica das relações sociais e de poder, fundamentais para um estudo em que se pretende tratar as desigualdades de gênero e a violência contra a mulher.

Os artigos foram inicialmente classificados segundo: a revista; o ano de publicação; os descritores; e os autores. Posteriormente, em uma segunda triagem, foram selecionados os artigos que abordavam gênero e violência contra as mulheres crianças, adolescentes e adultas, construindo-se uma tabela com todos os descritores dos artigos selecionados. Dentre os descritores foram selecionados os referentes à violência, quais sejam: *violência*, *violência com mulheres*, *violência contra a mulher*, *violência de gênero*, *violência doméstica*, *violência sexual* e *violência simbólica*. Também foram selecionados vários descritores que poderiam indicar uma abordagem sobre gênero e violência contra a mulher, como *vulnerabilidade*, *vulnerabilidade social*, *sexismo*, *relações de gênero*, *racismo*, *prostituição* e *poder*. Finalmente foram eleitos os que abordavam gênero e violência contra as mulheres criança, adolescente e adulta.

A seleção dos textos foi realizada a partir da leitura dos resumos e da leitura integral do artigo, quando as informações contidas no resumo não eram suficientes. Os artigos foram organizados em um quadro sinóptico composto pelo nome da revista; *Qualis*; ano de publicação; descritores; autoria; formação da(o)s autora(e)s; tipo de estudo; fontes de dados; cenário; sujeitos; instrumento ou técnica de coleta de dados; forma de tratamento das informações; e tipos de violência abordados.

RESULTADOS

Seguindo a classificação *Qualis* da CAPES, os periódicos nacionais de enfermagem A1, A2, B1 e B2 computaram 18 revistas, constituindo um conjunto de 16 revistas que se encontravam disponíveis *online*, na base de dados LILACS. Nestas foram selecionados 309 artigos em que foi utilizado o descritor gênero, extraído-se daí os 138 (44,7%) cuja categoria gênero foi abordada como uma construção social.

Nos 138 artigos foram identificados 210 descritores, alguns deles encontrados em mais de um artigo. Destes, foram selecionados, somente os descritores referentes à violência: *violência*, *violência com mulheres*, *violência contra a mulher*, *violência de gênero*, *violência doméstica*, *violência sexual* e *violência simbólica*. Foram também selecionados os 39 descritores que sinalizavam para uma abordagem da relação entre gênero e violência contra a mulher, identificados na metodologia.

Tabela 1 - Artigos que abordavam gênero e violência contra a mulher criança, adolescente ou adulta, por periódico de enfermagem nacional, Brasil, 2000 a 2012

Nome do Periódico	Classificação	Nº de artigos
Revista Latino Americana de Enfermagem	A1	5
Acta Paulista de Enfermagem	A2	3
Revista Brasileira de Enfermagem	A2	1
Revista da Escola de Enfermagem da USP	A2	5
Texto & Contexto Enfermagem (UFSC. Impresso)	A2	2
Online Brazilian Journal of Nursing	B1	1
Escola Anna Nery Revista de Enfermagem	B1	2
Revista Eletrônica de Enfermagem	B1	1
Revista Enfermagem UERJ	B1	3
Revista Gaúcha de Enfermagem	B1	1
Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste	B2	1
Total		25

Dados da base de dados LILACS, de periódicos nacionais de enfermagem de classificação *Qualis* A1, A2, B1 e B2, segundo critério CAPES.

A partir da leitura dos resumos, e, quando necessário do texto na íntegra, foram selecionados 38 artigos. Destes, 25 fizeram parte deste estudo por apresentarem uma abordagem especificamente relacionada ao tema violência contra a mulher criança, adolescente ou adulta.

As revistas com maior número de publicações sobre gênero e violência contra a mulher (40%) foram a Revista Latino Americana de Enfermagem e a Revista da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, com 20% das publicações cada uma. Posteriormente, identificou-se a Acta Paulista de Enfermagem e a Revista de Enfermagem da UERJ, ambas com 12% das publicações. Em seguida, vieram as revistas Texto & Contexto Enfermagem (8%) e Escola Anna Nery Revista de Enfermagem (8%). Considerando a classificação por *Qualis* percebeu-se que 64% dos artigos eram de revistas A1 e A2 e 36% de B1 e B2. Em relação aos anos de veiculação, houve a publicação de dois artigos em 2004 e apenas um em 2000, 2005 e 2006. O período de 2007 a 2009 teve a concentração de 14 artigos, sendo quatro em 2007 e em 2008 e seis em 2009. De 2010 a 2012 o número de publicações se manteve em duas por ano, respectivamente.

Quanto ao tipo de estudo, a maioria era resultado de investigação empírica (60%), seguido de revisão (20%), dos teórico-reflexivos (16%) e de relato de experiência (4%), sendo 60% de abordagem qualitativa. Dentre os instrumentos e técnicas utilizadas para coleta de dados, a entrevista foi a mais utilizada (32%). Em 76,5% das produções, o referencial teórico de gênero como construto social foi apresentado de forma explícita. Nos outros 23,4%, as abordagens apontavam para esta direção embora não tenham sido explicitadas como base teórica para os estudos.

Todas as publicações eram de origem acadêmica e em 96% dos artigos havia pelo menos uma autora ou um autor enfermeira(o). Dos 25 artigos, 19 (76%) eram de autoria

exclusivamente feminina e os demais de autoria compartilhada por homens e mulheres, com predomínio das últimas. No cômputo geral de 71 autora(s), 65 (91,5%) eram mulheres e 06 (8,45%) eram homens.

Considerando apenas os 15 estudos classificados como empíricos (60%), observa-se que em sete deles as investigações foram realizadas com mulheres que sofreram violência (46,7%), seguidos de cinco (33,3%) relativos aos profissionais das Equipes de Saúde da Família (ESF). Os quatro restantes corresponderam, respectivamente, a um estudo conjugado sobre mulheres e profissionais das ESF, sobre homens agressores; e sobre Boletim de Ocorrência, perfazendo 6,7% cada.

Nas produções relativas à percepção dos profissionais de saúde sobre a prevenção e o acolhimento dos casos de violência contra a mulher, identificou-se que ela(s) reconhecem tal situação como problema a ser enfrentado, embora compartilhem sentimentos de impotência, incapacidade, desconforto e ansiedade ao se depararem com os casos⁽⁸⁻¹¹⁾. Tais profissionais também demonstravam reconhecer os papéis sociais idealizados para os homens e as mulheres, ainda que esse reconhecimento nem sempre estivesse associado às desigualdades de gênero, quando consideravam, por exemplo, que as mulheres que deveriam tomar a iniciativa de romper com a situação de violência na relação⁽⁹⁻¹³⁾. As consequências, nestes casos, são diversas falhas no atendimento como a ausência de registros nos prontuários, contribuindo de tal forma com a invisibilidade da violência impetrada contra as mulheres⁽¹³⁾.

O tipo de violência abordada nos artigos correspondeu predominantemente à conjugal (32%): aquela praticada por parceiros íntimos – caracterizada como de natureza física em 87,5% dos artigos, moral em 37,5%, sexual e psicológica em 75% respectivamente. A violência conjugal foi também apontada em três estudos como responsável pelo surgimento de um sentimento ambíguo marcado tanto pela submissão e pela humilhação quanto pelo afeto para com a pessoa que domina^(12,14-15).

A segunda forma de violência apontada nos artigos foi a doméstica (20%), sendo que as violências conjugal e doméstica estiveram associadas em 16% dos estudos. A violência sexual foi tema de 16% dos artigos. A violência psicológica ou emocional foi materializada como rejeição de carinho, ameaças de espancamento da mulher e dos filhos e por impedimentos da mulher de trabalhar, de ter amizades ou de sair de casa⁽¹⁴⁻¹⁸⁾.

A violência contra a mulher foi associada à violência de gênero em apenas 32% das publicações, sendo que na maioria dos estudos este termo não foi utilizado ou definido (68%). A Lei Maria da Penha, sancionada em 07 de agosto de 2006 e criada para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, foi citada em somente cinco publicações (20%). Em uma delas, foi explicitado que o tratamento rigoroso desta Lei para com o agressor pode, de certa forma, resultar na hesitação da mulher em recorrer às autoridades públicas nos casos em que as agressões se caracterizam por ameaças ou por um comportamento considerado inadequado pela própria mulher⁽¹⁹⁾. Em alguns casos, a denúncia pode significar o afastamento do agressor quando na verdade se pretendia impedir novas manifestações de violência⁽¹⁹⁾, sem o rompimento da relação que pode significar para a mulher ter que assumir um lugar não reconhecido socialmente^(8,10-11,19).

DISCUSSÃO

O resultado desta pesquisa revelou que os periódicos mais conceituados pelos critérios CAPES foram os que mais tiveram publicações sobre gênero e violência contra a mulher. Isto leva ao questionamento e a uma proposição investigativa, considerando que tais periódicos podem estar mais abertos aos temas de maior complexidade, tanto do ponto de vista teórico, político e social, quanto investigativo.

Tal complexidade, inerente aos estudos de gênero e de violência, pode também justificar a prevalência de métodos qualitativos, observada neste estudo, visto que estes temas demandam uma profundidade de conhecimento e uma maior proximidade com o sujeito, difícil de ser alcançada nos estudos quantitativos. Esta ideia é também defendida por muitas pesquisadoras feministas ao considerarem “que os métodos quantitativos são incapazes de capturar a complexidade das relações de gênero e seus efeitos sobre diferentes esferas da vida social [...]”⁽²⁰⁾.

Não desconsiderando a importância dos estudos qualitativos nesta área, os resultados desta investigação também retratam a necessidade de investimentos em pesquisas que traduzam em números a amplitude da violência contra a mulher, contribuindo de tal forma para a maior visibilidade e o melhor planejamento de ações de enfrentamento deste problema. Neste sentido, pesquisadoras⁽²¹⁾ têm enfrentado o desafio de traduzir em números uma situação decorrente de um constructo social, estabelecendo indicadores estatísticos que possibilitem detectar e tornar visíveis as situações de violência contra a mulher. A dificuldade de avançar neste sentido decorre frequentemente dos problemas encontrados nos sistemas de informações somados à quantidade de denúncias que não são realizadas e tornando a mensuração das violências uma tarefa complexa⁽²²⁾.

O fato de a abordagem de gênero como um construto social ter sido identificada neste estudo em menos de 50% dos 309 artigos que utilizaram este descritor, demonstra o quanto essa perspectiva ainda necessita ser consolidada – em detrimento da visão biologicista que ignora as relações de poder, constituindo-se como um referencial imprescindível para qualquer pesquisa que tenha gênero e violência por enfoque.

É interessante também ressaltar a quase totalidade de profissionais com graduação em enfermagem na autoria dos artigos, assinalando para a importância incidida pelo tema gênero e violência contra a mulher em seus processos investigativos. Os dados também sinalizaram, em alguns artigos, para a contribuição desta(s) profissionais para a reflexão e a construção de um contexto que favoreça a emancipação das mulheres que vivem em situação de violência^(10-11,13). Tal contribuição pode também ser materializada na participação das enfermeiras nos diferentes espaços de formulação e implementação de políticas públicas.

Ainda em relação à autoria, chamou a atenção à predominância maciça de mulheres que investigaram estes temas. Esse dado pode indicar que os esforços para a construção de uma ciência da saúde, que seja mais crítica e feminista, também estejam constituídos nas e pelas relações de gênero. Ao mesmo

tempo, é importante considerar a possibilidade de estarmos trabalhando com uma autoria predominantemente feminina pelo fato de a investigação ter sido realizada em periódicos de enfermagem, em que na maioria dos artigos havia a autoria de enfermeiras e que nesta área existe um maior número de profissionais mulheres. Mas ainda que se leve em conta que a predominância feminina nas investigações possa ter sido influenciada por esta tendência, permanecem os questionamentos se as pesquisadoras mulheres não estariam mais sensíveis aos problemas da violência contra a mulher; se os pesquisadores homens seriam mais resistentes ou sofreriam resistência para as investigações nesta área; e se o gênero não seria um fator preponderante tanto para a percepção quanto para a prática profissional em saúde no que se refere à violência contra a mulher.

A totalidade de artigos de origem acadêmica também aponta para a necessidade de investimento na produção compartilhada entre os serviços e a academia, considerando-se inclusive que em 60% das produções investigadas como empíricas, mais da metade correspondiam a pesquisas relativas à atuação da(o)s profissionais das equipes da Estratégia Saúde da Família. A importância do envolvimento de tais profissionais no processo investigativo torna-se ainda mais relevante mediante a possibilidade de um aprofundamento teórico-prático quanto aos limites e potencialidades para a prevenção e o acolhimento dos casos de violência.

A complexidade envolvida nesta prática pode ser evidenciada neste estudo em função das contradições identificadas nas falas desta(s) profissionais, que embora reconheçam a importância da busca por estratégias de enfrentamento da violência contra a mulher, ao mesmo tempo, revelam uma visão androcêntrica, em que o homem é representado pela figura detentora do poder em relação à mulher, considerada frágil e submissa⁽⁹⁻¹³⁾. Esta visão equivocada pode fazer com que muita(os) profissionais se sintam desresponsabilizada(o)s ou impotentes diante da violência perpetrada contra a mulher. Pode, ao mesmo tempo, contribuir para uma escuta acrítica no processo de atendimento e para a responsabilização da própria mulher agredida tanto pela existência quanto pelo rompimento desta situação⁽⁹⁻¹³⁾.

Esta compreensão, muitas vezes naturalizada e reproduzida no atendimento às mulheres que sofrem violência, necessita ser superada, sendo a parceria nos processos investigativos e de intervenção um caminho promissor neste sentido. A possibilidade de um posicionamento crítico-reflexivo diante das situações de violência perpetradas contra a mulher revela-se como potencial para uma maior implicação de pesquisadores, de profissionais e da sociedade para uma maior visibilidade e responsabilização pelas violências realizadas contra as mulheres criança, adolescente e adulta. Daí a necessidade de reconhecimento e de aprofundamento sobre os papéis sociais idealizados para mulheres e homens e de sua decorrência como construtos sociais, perpassados pelas desigualdades de gênero que se refletem em todas as áreas do viver, especialmente na saúde.

Nos artigos investigados observou-se que a maioria das pesquisas se referia a mulheres que sofreram violência e que também apresentavam um perfil de baixo nível de escolaridade. As demais eram concernentes a homens agressores e as que

conjugavam mulheres e ESF, bem como mulheres e homens agressores. Somente em dois estudos os sujeitos eram crianças⁽²³⁻²⁴⁾, o que pode indicar uma importante lacuna nas pesquisas nesta área, considerando que este grupo etário é o que apresenta o maior número de vítimas de violência em quase todas as regiões do país, segundo o Relatório Nacional sobre a situação da violência contra mulher no Brasil, de 2012⁽²⁵⁾.

Quanto à forma de violência abordada nos artigos, registra-se predominantemente a violência conjugal. Este tipo de violência foi definida pela(o)s autora(s) como aquela em que há exercício do poder sobre a mulher por parte dos seus parceiros de relacionamento íntimo e de afetividade. Apesar do conceito de violência conjugal ter sido usado de forma semelhante, a natureza da violência nem sempre foi discutida em todas as suas formas^(16,26). Sabe-se que a violência conjugal pode se manifestar de diversas formas como a sexual, a moral e a psicológica, as quais nem sempre aparecem acompanhadas de queixas físicas, demandando ainda mais habilidade por parte da(o)s profissionais para reconhecer, tratar e preservar a saúde das mulheres agredidas. O maior aparecimento da violência conjugal de natureza física nos estudos pode estar relacionado à maior facilidade de identificação deste tipo de agressão tanto para as mulheres agredidas quanto para a(o)s profissionais dos serviços.

A violência sexual, por exemplo, foi apontada em somente quatro artigos, apesar de sua presença significativa associada a outros tipos de violência, sobretudo a conjugal^(9,23,27-28). O fato da violência sexual muitas vezes não deixar marcas visíveis, podendo por isso ser desvinculada da violência física, pode fazer com que a mulher agredida seja recebida com desconfiança ou suspeita nos serviços quando ela procura ajuda⁽²⁹⁾. A violência sexual carrega também um caráter subjetivo, tendo significados e pesos diferentes a depender da cultura⁽³⁰⁾. Apesar de muitas vezes ela não deixar fisicamente as marcas do agressor e não ser tão facilmente detectada, ela é tão ou mais responsável quanto os outros tipos de violência por consequências que podem repercutir em diversas formas de adoecimento. Nos artigos, as principais queixas a elas relacionadas foram as doenças do trato urinário e as sexualmente transmissíveis^(9,22,26-27).

A segunda forma de violência mais prevalente nos artigos foi a doméstica. O ambiente doméstico mostrou-se palco da reprodução de relações desiguais entre os sexos, tendo como uma de suas possíveis explicações o fato de a família representar uma das mais importantes instituições reprodutoras das desigualdades sociais entre homens e mulheres⁽⁶⁾. A construção da violência no âmbito doméstico está historicamente vinculada à posição que homens e mulheres devem assumir na sociedade. De acordo com as culturas androcêntricas, ainda hoje legitimadas pela sociedade ocidental, os homens assumem o lugar de autoridade máxima, seja na situação de pai ou de esposo. Exemplo deste quadro foi observado nos dois artigos que abordaram a violência contra a mulher criança, nos quais o principal agente agressor foi a figura paterna⁽²³⁻²⁴⁾.

A Síndrome do Trauma Pós-Violação, apontada como um agravamento decorrente das variadas formas de violência impetradas contra a mulher se caracteriza como uma fase aguda de desorganização no estilo de vida da pessoa agredida e de sua família, demandando um processo prolongado de reorganização

comportamental⁽²⁸⁾. Os sinais e os sintomas camuflam um silêncio que demonstra sentimentos de humilhação, vergonha e revolta. O fato de as mulheres terem dificuldade de sair dessa condição e por desacreditarem no poder de resolutividade da justiça é que faz com que frequentemente estas situações não sejam denunciadas^(9,14,18,23,26-29).

A Lei Maria da Penha, por exemplo, por seu caráter relevante e atual, esperava-se que fosse mais citada nos artigos, tendo, no entanto sido registrada em apenas 20% das publicações. Em uma das publicações, a(o)s autora(e)s inclusive afirmaram, a partir de observações na rotina dos serviços, que após a Lei ter sido sancionada o número de casos de mulheres com demanda de exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal (IML) teria diminuído consideravelmente, questionando se a Lei teria sido forte o suficiente para inibir os agressores ou se teria contribuído para um maior silenciamento das mulheres⁽³¹⁾. Outra hipótese estaria associada ao fato de muitas mulheres terem sido educadas para suportarem silenciosamente as opressões, na tentativa de manterem o modelo idealizado de relacionamento ou para garantir o equilíbrio, a sustentação e a manutenção da família^(12,14,28,32).

Uma correlação importante que também pode estar relacionada à Lei Maria da Penha e que merece ser mais aprofundada, se refere ao maior período de veiculação dos artigos – entre 2007 e 2009. Considerando que a Lei foi sancionada em 07 de agosto de 2006 e que entrou em vigor em 22 de setembro deste mesmo ano, o aumento das publicações no ano seguinte pode significar um olhar mais atento dos pesquisadores para as investigações sobre a violência contra as mulheres, com posterior estabilização das produções a partir de 2010.

Embora a maior parte dos artigos considere gênero como constructo social, a violência contra a mulher foi associada à violência de gênero em somente 32% das publicações. Nesse sentido, compreende-se a importância de que os trabalhos façam esta associação uma vez que pensar a violência contra a mulher como integrante das relações de gênero, significa ir além das constatações das violências, discutindo as dinâmicas de poder e as formas de resistência a ele.

CONCLUSÃO

Este estudo revelou mais similaridades do que divergências entre as produções, além de sinalizar a necessidade de incremento de publicações da enfermagem envolvendo discussões sobre as desigualdades de gênero para diferentes grupos

sociais. Seu resultado possibilitou um maior conhecimento das lacunas, dificuldades e potencialidades tanto da prática quanto das pesquisas com enfoque na violência contra as mulheres. Suas limitações se devem ao fato da revisão integrativa ter sido desenvolvida em apenas periódicos nacionais e de enfermagem, sendo importante a continuidade de investigação sobre esta temática em periódicos de outras áreas, buscando também respostas para os muitos questionamentos advindos dos seus resultados e que não foram possíveis de serem contemplados neste momento.

A violência de gênero foi reconhecida como um conceito ainda usado de forma limitada por alguns autores, mesmo em alguns casos em que ela foi abordada como decorrente de uma construção histórico-social. A violência contra a mulher revelou-se como assunto importante, com maior peso nos espaços privados, onde a mulher parece encontrar dificuldades para desconstruir relações violentas tanto por motivos afetivos como por motivos culturais. Essa situação, somada ao sentimento de descrédito nos serviços que poderiam auxiliá-la, tornam os casos de violência ainda um problema imensurável e não enfrentado suficientemente pelo setor saúde.

Os profissionais de saúde foram identificados como peças-chave para o reconhecimento dos casos de violência, já que as mulheres que a vivenciam, tendem a procurar os serviços, em decorrência das consequências físicas e psicológicas que sofrem. O despreparo de muitos profissionais revelou-se também como responsável pela reprodução das desigualdades de gênero. Além do reconhecimento dos casos, o profissional deve ser capacitado para trabalhar as questões de gênero e a construção de autonomia, auxiliando na prevenção de novos casos de violência e na divulgação dos resultados de sua prática cotidiana. A escassez de estudos advindos de profissionais do serviço ou em parceria com a academia instiga para uma mudança neste quadro. O incremento das produções científicas advindas da parceria entre a academia e o serviço e a ampliação dos meios de divulgação para publicações resultantes de relatos de experiência e de outras modalidades pode contribuir para o desvendamento das estratégias, das limitações e das potencialidades para a redução das desigualdades de gênero e da violência contra as mulheres. Nesse sentido, revela-se também como necessária a incorporação da categoria gênero por parte das instituições de saúde, para um olhar ampliado sobre a saúde da mulher em situação de violência, constituindo um espaço privilegiado para a superação da violência contra a mulher criança, adolescente e adulta.

REFERÊNCIAS

1. Scott J. Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York: Columbia University Press; 1989
2. Beauvoir S. The Second Sex. Constance B, Chevallier SM, translator. New York: Vintage Books; 2010. ISBN 9780307277787.
3. Fonseca RMGS. Gênero e saúde da mulher: uma releitura do processo saúde doença das mulheres. In: Fernandes RAQ, Narchi NZ, organizadores. Enfermagem e saúde da mulher. São Paulo: Manole; 2012. p. 30-68
4. Hirata H, Kergoat D. A nova configuração da divisão sexual do trabalho. Cad Pesqui [Internet]. 2007 Set-Dez [cited 2015 Jan 15];37(132):595-609. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>

5. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Síntese de indicadores 2011 [Internet]. [local desconhecido]: IBGE; 2011 [updated 2015 Mar 12; cited 2015 Jan 15]. Available from: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/default_sintese.shtm
6. Fonseca RMGS; Pereira KCM, Zalaf MRR; Guedes RN. The gender research in nursing production: contributions of the Gender, Health and Nursing Research Group from the University of São Paulo School of Nursing. *Rev Esc Enferm USP* [Internet]. 2011 [cited 2015 Jan 15];45(Spec no 2):1690-5. Available from: <http://www.revistas.usp.br/reeusp/article/viewFile/40889/44346>
7. World Health Organization (WHO). World Report on Violence and Health. Genebra: OMS; 2002.
8. Andrade CJM, Fonseca RMGS. Considerations on domestic violence, gender and the activities of family health teams. *Rev Esc Enferm USP* [Internet]. 2008 [cited 2015 Jan 15];42(3):591-5. Available from: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v42n3/en_v42n3a24.pdf
9. Oliveira CC, Fonseca RMGS. [Health family professionals' practices toward women in sexual violence situations]. *Rev Esc Enferm USP* [Internet]. 2007 Dec [cited 2015 Jan 15];41(4):605-12. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v41n4/09.pdf> Portuguese.
10. Fonseca RMGS, Leal AERB, Skubs T, Guedes RN, Egry EY. Domestic violence against women from the perspective of the community health agent. *Rev Lat Am Enfermagem* [Internet]. 2009 Nov-Dec [cited 2015 Jan 15];17(6):974-80. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v17n6/08.pdf>
11. Lettiere A, Nakano AM, Rodrigues DT. Violence against women: visibility of the problem according to the health team. *Rev Esc Enferm USP* [Internet]. 2008 Sep [cited 2015 Jan 15];42(3):467-73. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18856113>
12. Franzoi NM, Fonseca RMGS, Guedes RN, Nunes R. Gender-based violence: conceptions of professionals on the family health strategy's teams. *Rev Lat Am Enfermagem* [Internet]. 2011 May-Jun [cited 2015 Jan 15];19(3):589-97. Available from <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v19n3/19.pdf>
13. Guedes RN, Fonseca RMGS. Autonomy as a structural need to face gender violence. *Rev Esc Enferm USP* [Internet]. 2011 Dec [cited 2015 Jan 15];45 (Spec no 2):1731-5. Available from: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v45nspe2/en_16.pdf
14. Guedes RN, Silva ATMC, Coelho EAC, Silva CC, Freitas WMF. [The Marital Violence under a gender view: domination and possibility of destruction of the hegemony idealized model of marriage]. *Online Braz J Nurs* [Internet]. 2007;6(3). Available from: <http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/j.1676-4285.2007.1103/261> Portuguese.
15. Monteiro CFS, Souza IEO. [The domestic violence experience: daily facts]. *Texto & Contexto Enferm* [Internet]. 2007 Jan-Mar [cited 2015 Jan 15];16(1):26-31. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v16n1/a03v16n1.pdf> Portuguese.
16. Casique LC, Furegato ARF. Violence against women: theoretical reflections. *Rev Lat Am Enfermagem* [Internet]. 2006 Nov-Dec [cited 2015 Jan 15];14(6):950-6. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17294031>
17. Santos AG, Nery IS, Rodrigues DC, Melo AS. [Violence against pregnant women in special police departments for assistance to women in Teresina-PI]. *Rev RENE* [Internet]. 2010 Dec [cited 2015 Jan 15];11(Spec no):109-16. Available from: <http://www.revistarene.ufc.br/revista/index.php/revista/article/view/469/pdf> Portuguese.
18. Guedes RN, Silva ATMC, Fonseca RMGS. [The violence of gender and health-disease process of women]. *Esc Anna Nery Rev Enferm* [Internet]. 2009 Sep-Jul [cited 2015 Jan 15];13(3):625-31. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v13n3/v13n3a24.pdf> Portuguese.
19. Pouso RGP. Interpretação da Lei Maria da Penha. *Rev Dir Público* [Internet]. 2008 [cited 2012 Sep 15]; (23):31-7. Available from: <http://www.direitopublico.idp.edu.br/index.php/direitopublico/article/viewFile/269/249> "http://www.direitopublico.idp.edu.br/index.php/direitopublico/article/viewFile/269/249"
20. Aquino EML. [Gender and health: profile and trends of the scientific production in Brazil]. *Rev Saude Publica* [Internet]. 2006 Aug [cited 2015 Jan 15];40(Spec no):121-32. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/16924312> Portuguese.
21. Herrera KM. Uma nova abordagem na construção de indicadores de gênero. *Rev Estudos Feministas* [Internet]. 2013 [cited 2015 Jan 15];21(3):1236-7. Available from: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38129769027>
22. Okabe I, Fonseca RMGS. [Woman abuse: contributions and shortcomings of the information system]. *Rev Esc Enferm USP* [Internet]. 2009 Jun [cited 2015 Jan 15];43(2):453-8. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19655689> Portuguese.
23. Oliveira RG, Marcon SS. Exploração sexual infanto juvenil: causas, consequências e aspectos relevantes para o profissional de saúde. *Rev Gaúch Enferm* [Internet]. 2005 Dez [cited 2015 Jan 15];26(3):345-57. Available from: <http://seer.ufrgs.br/RevistaGauchaDeEnfermagem/article/view/4565>
24. Apostólico MR, Nóbrega CR, Guedes RN, Fonseca RMGS, Egry EY. Characteristics of violence against children in a Brazilian Capital. *Rev Lat Am Enfermagem* [Internet]. 2012 Mar-Apr [cited 2015 Jan 15];20(2):266-73. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v20n2/08>
25. Congresso Nacional (BR). Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito: violência contra a mulher [Internet]. Brasília (DF): Senado Federal; 2013. Available from: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496481>
26. Gomes NP, Diniz NMF. Males unveiling the different forms of conjugal violence. *Acta Paul Enferm* [Internet]. 2008 [cited 2015 Jan 15];21(2):262-7. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v21n2/a05v21n2.pdf>
27. Faria AL, Araújo CAA, Baptista VH. [Assistance to the victim of sexual: the experience of the University of Taubaté]. *Rev Eletrônica Enferm* [Internet]. 2008 [cited 2015 Jan 15];10(4):1138-43. Available from: http://www.fen.ufg.br/fen_revista/v10/n4/pdf/v10n4a26.pdf Portuguese.
28. Almeida LCG, Diniz NMF. [Sexual violence: revealing women reality]. *Rev Enferm UERJ* [Internet]. 2004 Apr [cited 2015 Jan 15];12(1):88-94. Available from: <http://www.facenf.uerj.br/v12n1/v12n1a15.pdf> Portuguese.

29. Drezett J. Violência sexual como problema de saúde pública. In: Taquette SR, org. Violência contra a mulher adolescente-jovem. Rio de Janeiro: EdUERJ; 2007. p. 81-9.
 30. Oliveira EM. Violência contra a mulher: uma questão de gênero. Acta Paul Enferm [Internet]. 2000 [cited 2015 Jan 15];13(n. esp. pt.1):171-5. Available from: <http://www2.unifesp.br/acta/index.php?volume=13&numero=esp1&item=res15.htm>
 31. Santi LN, Nakano MAS, Lettiere A. [Domestically abused Brazilian women's perceptions about support and received support in its social context]. Texto & Contexto Enferm [Internet]. 2010 Jul-Sep [cited 2015 Jan 15];19(3):417-24. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v19n3/a02v19n3.pdf> Portuguese.
 32. Souto CARM, Braga VAB. [Marital life experiences: women's positioning]. Rev Bras Enferm [Internet]. 2009 Sep-Oct [cited 2015 Jan 15];62(5):670-4. Available from: http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0034-71672009000500003&pid=S0034-71672009000500003&pdf_path=reben/v62n5/03.pdf Portuguese.
-